



FICHA DE COMPONENTE CURRICULAR

CÓDIGO:	COMPONENTE CURRICULAR: Política e Gestão da Educação I	
UNIDADE ACADÊMICA OFERTANTE: Faculdade de Educação	SIGLA: FACED	
CH TOTAL TEÓRICA: 60 horas	CH TOTAL PRÁTICA: 0 horas	CH TOTAL: 60 horas

1. OBJETIVOS

Objetivos Gerais

- Possibilitar a compreensão crítica do processo de constituição e reformulação do sistema educacional brasileiro, à luz de seu aparato legal;
- Encaminhar o entendimento da especificidade das políticas educacionais, elaboradas ao longo do processo histórico brasileiro.
- Promover a análise da legislação educacional, considerando seu conteúdo e seu significado, como uma constituição sócio histórica.

Objetivos específicos

- estudar os princípios organizacionais da gestão da educação, compreendendo a estrutura, o funcionamento, a organização e a gestão da educação brasileira a partir da legislação que rege a educação básica de forma contextualizada, compreensiva, crítica e reflexiva;
- analisar os objetivos, a organização e a importância da educação básica a partir diretrizes legais que regem a educação brasileira;
- identificar e analisar a composição político-ideológica que determina a organização institucional e pedagógica da educação no Brasil;
- discutir e interpretar as bases formal, legal e administrativa que estruturam o sistema educacional brasileiro em seus diferentes níveis, enfocando a estrutura e problemas do planejamento e da administração deste nível de ensino;
- estudar a legislação vigente aplicável à educação básica situando a importância da escola como local de trabalho, a função administrativa na unidade escolar e a contextualização teórica e tendências atuais
- analisar o cumprimento da função social da escola e as condições objetivas de trabalho no contexto da educação pública.

2. EMENTA

A organização da educação e da escola no contexto das reformas neoliberais:

autonomia, descentralização e gestão democrática na educação e na escola; políticas educacionais e seus eixos (financiamento e avaliação na educação brasileira). Fundamentos da administração educacional e suas implicações na organização da escola.

3. PROGRAMA

1 – Os movimentos sociais da década de 1980 e a Constituição Federal de 1988

- Educação na Constituição de 1988
- A crise dos anos 1970/1990 e o projeto educacional
- Movimentos Sociais da década de 1980/1990

2. A influência dos organismos internacionais na educação brasileira: os eixos das reformas

- Contexto e reformas da educação brasileira
- A dívida externa e a educação brasileira
- O início da reforma educacional dos anos 1990
- Os eixos das reformas dos anos 1990

3. A lei de diretrizes e bases da educação nacional: expressão das proposições ideológicas das reformas dos anos 1990

- As constituições brasileiras e a educação: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional como expressão das proposições ideológicas das reformas dos anos 1990

4 – Estrutura administrativa e sistema de ensino: estrutura e funcionamento da educação

- Sistema e sistema escolar: conceitos, consensos e contradições
- Estrutura do sistema escolar brasileiro
- Funcionamento do sistema escolar

4. BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BEHRING, Elaine Rossetti. **Política social: fundamentos e história**. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2009. V. 2. pp. 291-299. (Biblioteca Básica de Serviço Social).

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996**. Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, na forma prevista no art. 60 do ADCT, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19424compilado.htm. Acesso em: 8 dez. 2020.

BRASIL. **Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007**. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB [...] Brasília, DF: Presidência da República, 2007. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11494.htm. Acesso em: 8 dez. 2020.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 8 dez. 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 8 dez. 2020.

BRASIL. LEI nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 8 dez. 2020.

CIAVATTA, M. A.; RAMOS, M. A “era das Diretrizes”: a disputa do projeto de educação pelos mais pobres. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 49, p. 11-37, jan./abr. 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782012000100002. Acesso em: 8 dez. 2020.

5. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CURY, J. Estado e políticas de financiamento em educação. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100 (esp.), p. 831-855, out. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a1028100.pdf>. Acesso em: 8 dez. 2020.

GENTILINI, João A. **Crise e planejamento educacional na América Latina**: tendências e perspectivas no contexto de descentralização. 2000. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/251080>. Acesso em: 25 jul. 2018.

GIRARDI, Neusa Maria. Neoliberalismo e autonomia da gestão escolar: solução ou problema? **Contexto e Educação**, Ijuí, n. 34, p. 68-80, abr./jun. 1994.

FERREIRA, N. S. C.; AGUIAR, M. A. da S. (org.). **Gestão da educação**: impasses, perspectivas e compromissos. São Paulo: Cortez, 2000.

SHIROMA, E.; MORAES, M. C. M.; EVANGELISTA, O. **Política educacional**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

6. APROVAÇÃO

Profa. Dra. Maria Irene Miranda
Coordenador(a) do Curso de Graduação em Pedagogia
a Distância

Profa. Dra. Geovana Ferreira
Melo
Diretor(a) da Faculdade de
Educação



Documento assinado eletronicamente por **Maria Irene Miranda Bernardes, Coordenador(a)**, em 03/02/2021, às 11:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Geovana Ferreira Melo, Diretor(a)**, em 03/03/2021, às 10:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2541053** e o código CRC **B5F71B83**.

Referência: Processo nº 23117.005658/2021-39

SEI nº 2541053